



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA

ACORDO DE PARCERIA!
PARA PESQUISA,
DESENVOLVIMENTO E
INOVAÇÃO - PD&I PE-
IFBA N° 03/2024, QUE
ENTRE SI CELEBRAM O
INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA BAHIA
- IFBA E G-RAMS
INOVAÇÃO,
CAPACITAÇÃO E
CONSULTORIA LTDA,
COM A
INTERVENIÊNCIA
ADMINISTRATIVA E
FINANCEIRA DA
FUNDAÇÃO ESCOLA
POLITÉCNICA DA BAHIA
- FEP NA FORMA
ABAIXO.

Processo SEI nº: 23278.009406/2024-89

1° PARCEIRO					
Nome:		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia			
Natureza Jurídica:		Autarquia Federal			
CNPJ nº:		10.764.307/0001-12			
Endereço:		Rua Araújo Pinho, nº 39, Canela			
Cidade:	Salvador	UF:	BA	CEP:	40110-150
Representante Legal:		Luzia Matos Mota			
C.P.F./M.F.:		430.536.295-34			
Identidade nº:	3.082.855	Órgão expedidor:	SSP/BA		
Nacionalidade:	Brasileira	Estado Civil:	Solteira		
Cargo:	Reitora				
Ato de Nomeação:	Decreto de 19 de março de 2024, DOU 20/03/2024				
Doravante denominado IFBA					
2° PARCEIRO					
Instituição:		G-RAMS Inovação, Capacitação e Consultoria LTDA			
Natureza Jurídica:		Empresa EPP			
CNPJ nº:		23.429.775/0001-82			
Endereço:		Av. Luiz Tarquínio, 2580, Edif. Villas Empresarial, sala 311, Pitangueiras			
Cidade:	Lauro de Freitas	UF:	BA	CEP:	42.700-130
Representante Legal:		Celso Luiz Santiago Figueiroa Filho			
C.P.F./M.F.:		358.999.995-00			
Cargo:	Sócio Administrador				
Identidade nº:	M7934446	Órgão expedidor:	SSP/MG		
Doravante denominado: G-RAMS					
3° PARCEIRO					
Instituição:		Fundação Escola Politécnica da Bahia			
Natureza Jurídica:		Fundação sem fins lucrativos			
CNPJ nº:		15.255.367/0001-23			
Endereço:		Rua Professor Severo Pessoa, nº 31, Federação			
Cidade:	Salvador	UF:	BA	CEP:	40.210-700
Representante Legal:		Yuri Guerrieri Pereira			
C.P.F./M.F.:		989.342.105-59			
Cargo:	Diretor Administrativo				
Identidade nº:	577950029	Órgão expedidor:	SSP/BA		
Doravante denominado FEP					

Os PARCEIROS, anteriormente qualificados, resolvem celebrar o presente Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I, em conformidade com as normas legais vigentes no Marco

Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Emenda Constitucional nº 85/15, Lei nº 10.973/2004, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 9.283/2018 e Lei nº 8.958/1994), que deverá ser executado com estrita observância das seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Acordo de Parceria para PD&I tem por objeto a cooperação técnica e científica entre os PARTICÍPES para desenvolver o projeto de **SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA CONFIABILIDADE HUMANA PARA ATENDER AOS REQUISITOS DO SISTEMA DE GESTÃO DE RISCO DA QUALIDADE EM INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS**, a ser executado nos termos do Plano de Trabalho, anexo, visando à transferência de recursos financeiros, à gestão administrativa e financeira e à execução técnica de projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação – PD&I. Tem como referência o TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA entre o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA) e a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL (EMBRAPIL), constante do processo nº 23278.003967/2015-30, prorrogado pelo TERMO ADITIVO contido no processo SEI nº 23278.009794/2018-50 e, ainda, do Termo de Compromisso assinado pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA) e a Fundação Escola Politécnica da Bahia (FEP), constante do processo nº 23278.007973/2015-66.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

2.1 O Plano de Trabalho define os objetivos a serem atingidos com o presente Acordo de Parceria, apresenta o planejamento dos trabalhos que serão desenvolvidos, detalha as atividades e as atribuições de cada um dos PARCEIROS, a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros, bem como o cronograma físico-financeiro do projeto, a fim de possibilitar a fiel consecução do objeto desta parceria, estabelecendo objetivos, metas e indicadores.

2.2 Respeitadas as previsões contidas na legislação em vigor, o IFBA, com a interveniência da FEP, fomentará/executará as atividades de pesquisa e desenvolvimento, conforme o Plano de Trabalho, sob as condições aqui acordadas, sendo parte integrante e indissociável deste Acordo.

2.3 Na execução do Plano de Trabalho, a atuação dos PARTICÍPES dar-se-á sempre de forma associada. Para tanto, os PARTICÍPES indicam, na forma do item 3.1, seus respectivos Coordenadores de Projeto, que serão responsáveis pela supervisão e pela gerência das atividades correspondentes ao Plano de Trabalho.

2.4 Recae sobre o Coordenador do Projeto, designado pelo IFBA nos termos da alínea c, item 3.1.1., as responsabilidades técnicas e de articulação correspondentes.

2.5 Situações capazes de afetar sensivelmente as especificações ou os resultados esperados para o Plano de Trabalho deverão ser formalmente comunicadas pelos Coordenadores de Projeto ao setor responsável, aos quais competirá avaliá-las e tomar as providências cabíveis.

2.6 A impossibilidade técnica e científica quanto ao cumprimento de qualquer fase do Plano de Trabalho que seja devidamente comprovada e justificada acarretará a suspensão de suas respectivas atividades até que haja acordo entre os PARCEIROS quanto à alteração, à adequação ou ao término do Plano de Trabalho e à consequente extinção deste Acordo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

3.1 São responsabilidades e obrigações, além dos outros compromissos assumidos neste Acordo de Parceria em PD&I:

3.1.1 Do IFBA

- a. Aplicar os recursos repassados exclusivamente nas atividades relacionadas à consecução do objeto deste Acordo de Parceria para PD&I;
- b. Indicar um coordenador(a), no prazo de **15 (quinze)** dias úteis contados da assinatura deste Acordo, para acompanhar a sua execução;
- c. Prestar ao(s) parceiro(s) informações sobre os recursos recebidos e a respectiva situação de execução do projeto aprovado, nos termos deste Acordo;
- d. Monitorar, avaliar e, mediante interveniência da FEP, prestar contas nos termos deste Acordo;
- e. Disponibilizar os recursos humanos, materiais e infraestrutura necessários à execução dos projetos desenvolvidos no âmbito deste Acordo;
- f. Prestar todas as informações aos participantes, necessárias à comprovação do cumprimento das obrigações determinadas neste Acordo;
- g. Entregar os produtos definidos no plano de trabalho constante neste Acordo;
- h. Buscar o cumprimento do cronograma físico-financeiro previsto no Plano de Trabalho.

3.1.2 Da G-RAMS

- a. Transferir os recursos financeiros acordados, segundo o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho, por meio do aporte de recursos financeiros de sua responsabilidade. A liberação de recursos de cada etapa dependerá do cumprimento das metas e aprovação dos produtos atrelados às mesmas;
- b. Indicar coordenador(a), no prazo de **15 (quinze)** dias úteis contados da assinatura deste Acordo, para acompanhar a sua execução;
- c. Colaborar, nos termos do plano de trabalho, para que o Acordo alcance os objetivos nele descritos;
- d. Acompanhar as atividades realizadas pelo IFBA;
- e. Aprovar os produtos entregues em cada etapa prevista no plano de trabalho, no prazo de **15 (quinze)** dias após a sua apresentação pelo IFBA e, em caso de discordância, apresentar por escrito as razões para a não aceitação do produto entregue;
- f. Participar obrigatoriamente dos processos de avaliação conduzidos pela EMBRAPIL, que envolvam as atividades do IFBA nesse projeto e em seus resultados;
- g. Realizar obrigatoriamente a avaliação do projeto de que trata esse Acordo, quando finalizado, sob orientação da EMBRAPIL.

3.1.3 Da FEP

- a. Aplicar os recursos repassados exclusivamente nas atividades relacionadas à consecução do objeto deste Acordo de Parceria para PD&I;
- b. Prestar ao IFBA informações sobre os recursos recebidos e a respectiva situação de execução dos projetos aprovados, nos termos deste Acordo;
- c. Indicar coordenador(a), no prazo de **15 (quinze)** dias úteis, contados da assinatura deste Acordo, para acompanhar a sua execução;
- d. Executar a gestão administrativa e financeira dos recursos transferidos para a execução do objeto deste Acordo, em conta específica, por participante deste acordo;
- e. Informar previamente à G-RAMS os dados bancários e cadastrais necessários à realização dos aportes financeiros, cuidando para que a conta corrente a qual serão destinados os recursos seja específica para o projeto executado em conformidade com este Acordo de Parceria.
- f. Restituir à G-RAMS os saldos financeiros remanescentes, pertinentes ao seu respectivo aporte, não

utilizadas no objeto pactuado, no prazo máximo de **60 (sessenta)**, dias contados da data do término da vigência ou da denúncia deste Acordo de Parceria, sendo facultado à G-RAMS a doação dos valores ao IFBA;

- g. Responsabilizar-se pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições e outros encargos que porventura devidos em decorrência das atividades vinculadas a este Acordo de Parceria;
- h. Manter, durante toda a execução do Acordo de Parceria, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a sua celebração, responsabilizando-se pela boa e integral execução das atividades ora descritas;
- i. Nas compras de bens e nas contratações de serviços, observar as regras do Decreto nº 8.241/2014;
- j. Observar os princípios da legalidade, eficiência, moralidade, publicidade, economicidade, legalidade e impessoalidade, nas aquisições e contratações realizadas, bem como no desenvolvimento de todas as suas ações no âmbito deste Acordo de Parceria;
- k. Manter registros contábeis, fiscais e financeiros completos e fidedignos relativamente à aplicação dos aportes recebidos da G-RAMS por este Acordo de Parceria, fazendo-o em estrita observância às normas tributário-fiscais em vigor e, especialmente, à legislação que instituiu contrapartidas em atividades de PD&I para a concessão de incentivos ou de benefícios dos quais a G-RAMS sejam ou se tornem beneficiárias;
- l. Manter rigoroso controle das despesas efetuadas e dos respectivos comprovantes com vistas à prestação de contas da execução do objeto deste Acordo;
- m. Manter, com os recursos do projeto e sob sua coordenação direta, pessoal de pesquisa e desenvolvimento, através de contratação pela CLT, bolsa ou estágio de pesquisa e desenvolvimento, disponível para a execução das atividades relativas a este Acordo de Parceria e ao Plano de Trabalho, em número e com conhecimento técnico-acadêmico suficientes;
- n. Providenciar a remuneração dos colaboradores, conforme previsto em orçamento específico aprovado, em conformidade, ainda, com o art. 4º da Lei nº 8.958/1994, sendo que, as eventuais despesas rescisórias podem ser absorvidas no projeto, desde que isso ocorra durante a sua vigência;
- o. Garantir no que diz respeito as suas responsabilidades, que as despesas sejam realizadas durante o período de execução do projeto, que se finda com o aceite da última macroentrega^[2], sendo que, até **60 (sessenta)** dias após o aceite da última macroentrega, ainda são admitidas despesas, desde que pertinente ao período de execução do projeto e comprometidas neste mesmo período;
- p. Cumprir todas as normas pertencentes ao ordenamento jurídico brasileiro, em especial as trabalhistas, previdenciárias e tributárias derivadas da relação existente entre si e seus empregados e/ou contratados, durante a execução do Projeto objeto do Plano de Trabalho, de forma que não se estabelecerá, em hipótese alguma, vínculo empregatício entre esses empregados, funcionários, servidores ou contratados da FEP e G-RAMS ou as demais convenientes, cabendo a FEP responsabilidade exclusiva pelos salários e todos os ônus trabalhistas e previdenciários, bem como pelas reclamações trabalhistas ajuizadas, e por quaisquer autos de infração, e ainda, fiscalização da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT) do Ministério da Economia a que a FEP der causa, com relação a toda a mão de obra por ela contratada em decorrência do presente Acordo de Parceria;
- q. Realizar prestação de contas junto à EMBRAPPII e a outros parceiros que participem do presente Acordo de Parceria, responsabilizando-se pelo preenchimento semestral e envio em meio físico, das informações constantes nos Anexos 4, 5, 6, 8 (parcialmente), 9, 12 e 13 do Sistema de Registro de Informações SRInfo;
 - i. projetos com valor total inferior a R\$ 1 milhão, que tenham sido firmados entre janeiro e junho devem ter prestação(ões) de contas apresentada(s) sempre em 31/01 e, projetos que tenham sido firmados entre julho e dezembro, devem ter prestação(ões) de contas apresentada(s) sempre em 31/07.
- r. Restituir à EMBRAPPII as sobras de recursos aportados pela EMBRAPPII na execução deste ACORDO. A devolução deverá ser realizada, conforme definido no TERMO DE COOPERAÇÃO entre o IFBA e a EMBRAPPII e aditivos, mencionados na cláusula primeira deste ACORDO.

3.2 Os Coordenadores de projeto poderão ser substituídos a qualquer tempo, competindo a cada PARCEIRO comunicar ao (s) outro (s) acerca desta alteração.

3.3 Os PARCEIROS são responsáveis, nos limites de suas obrigações, respondendo por perdas e danos quando causarem prejuízo em razão da inexecução do objeto do presente Acordo de Parceria para PD&I ou de publicações a ele referentes.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1 A FESF transferirá recursos financeiros no valor total de **R\$ 22.320,00 (Vinte e dois mil, trezentos e vinte reais)** conforme cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, anexo a este Acordo.

4.2 Os aportes financeiros da EMBRAPPII no valor total de **R\$ 186.000,00 (Cento e oitenta e seis mil reais)**, e do SEBRAE, no valor total de **R\$ 52.080,00 (Cinquenta e dois mil e oitenta reais)**, serão transferidos conforme cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, anexo a este Acordo e em conformidade com o TERMO DE COOPERAÇÃO entre o IFBA e a EMBRAPPII e seus aditivos, mencionado na cláusula primeira deste ACORDO e as normas operacionais da mesma.

4.3 Os valores especificados nas subcláusulas 4.1 e 4.2 acima serão recebidos pela FEP em contas específicas.

4.4 A G-RAMS efetuarão os aportes financeiros previstos no Plano de Trabalho através de depósitos em conta corrente específica, servindo o comprovante da operação bancária como recibo, para fins de direito, do repasse dos recursos financeiros previstos por este Acordo de Parceria.

4.4.1 Os saldos dos Repasses devidos a título deste ACORDO DE PARCERIA PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO - PD&I, enquanto não utilizados, deverão ser aplicados em caderneta de poupança ou fundo de aplicação financeira, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, devendo as receitas auferidas serem computadas, obrigatoriamente, a crédito do ACORDO DE PARCERIA PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO - PD&I e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante aprovação prévia das partes.

4.5 Eventuais ganhos financeiros com aplicação serão revertidos para garantir a integral execução do objeto desta Parceria.

4.5.1 Após execução total do projeto, havendo ainda saldos provenientes das receitas obtidas de aplicações financeiras, esses serão devolvidos para a G-RAMS ou destinados para ação congênera, nos termos de instrumento jurídico próprio a ser firmado pelas partes.

4.6 Observadas as demais disposições previstas neste Acordo de Parceria, os PARCEIROS acordam, desde já, que os valores mencionados no Plano de Trabalho são estimados com base nas premissas e termos especificados no mencionado Anexo.

4.7 Qualquer aumento ao orçamento do Plano de Trabalho executado por este Acordo de Parceria, que torne necessário o aporte de recursos adicionais pela G-RAMS ou EMBRAPPII deverá ser prévia e formalmente analisado e aprovado pelas Partes, devendo ser implementado tão somente após celebração de termo aditivo a este Acordo de Parceria.

4.8 Do valor total do projeto, a FEP poderá utilizar até 5% (cinco por cento) para custear despesas operacionais, conforme definido nos documentos referenciados na cláusula primeira deste ACORDO.

4.9 Os valores dos recursos financeiros previstos nesta cláusula poderão ser alterados por meio de termo aditivo, com as necessárias justificativas e de comum acordo entre os PARCEIROS, o que implicará a revisão das metas pactuadas e a alteração do Plano de Trabalho.

4.10 A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de categoria de programação para outra poderão ocorrer com o objetivo de conferir eficácia e eficiência às atividades de ciência, tecnologia e inovação.

4.10.1 No âmbito do projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação, o coordenador do projeto indicará a necessidade de alteração das categorias de programação, as dotações orçamentárias e a distribuição entre grupos de natureza de despesa em referência ao projeto de pesquisa aprovado originalmente.

4.10.2 Por ocasião da ocorrência de quaisquer das ações previstas no item anterior, o IFBA poderá alterar a distribuição inicialmente acordada, promover modificações internas ao seu orçamento, alterar rubricas ou itens de despesas, desde que não modifique o valor total do projeto.

4.11 São dispensáveis de formalização por meio de Termo Aditivo as alterações previstas no item 4.9 que importem em transposição, remanejamento ou transferência de recursos de categoria de programação para outra, com o objetivo de conferir eficácia e eficiência às atividades previstas no Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do valor total do projeto.

4.11.1 Alterações na distribuição entre grupos de natureza de despesa e alterações de rubricas ou itens de despesas, necessárias para efetiva execução do Plano de Trabalho, ficarão dispensadas de prévia anuência da G-RAMS ou da EMBRAPPII, hipótese em que o coordenador do projeto solicitará a alteração ao IFBA, devendo constar as razões que ensejaram as alterações, indicando a necessidade de alteração das categorias de programação, as dotações orçamentárias e a distribuição entre grupos de natureza de despesa em referência ao projeto de pesquisa aprovado originalmente.

4.12 O IFBA não responderá pela suplementação de recursos para fazer frente a despesas decorrentes de quaisquer fatores externos ao seu controle, como flutuação cambial e alterações nos valores de taxas escolares.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PESSOAL

5.1 Cada PARCEIRO se responsabiliza, individualmente, pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias e tributárias derivadas da relação existente entre si e seus empregados, servidores, administradores, prepostos e/ou contratados, que colaborarem na execução do objeto deste Acordo, de forma que não se estabelecerá, em hipótese alguma, vínculo empregatício ou de qualquer outra natureza entre a G-RAMS e o pessoal do IFBA ou da FEP e vice-versa, cabendo a cada PARCEIRO a responsabilidade pela condução, coordenação e remuneração de seu pessoal, e por administrar e arquivar toda a documentação comprobatória da regularidade na contratação.

5.2 Os recursos humanos de quaisquer dos signatários deste ACORDO não sofrerão qualquer alteração de suas vinculações com a entidade de origem, ficando, porém, sujeitos à observância dos regulamentos internos onde estiverem atuando.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DA CRIAÇÃO PROTEGIDA

6.1 Todos os dados, técnicas, tecnologia, know-how, marcas, patentes e quaisquer outros bens ou direitos de propriedade intelectual/industrial de um parceiro que este venha a utilizar para execução do Projeto continuarão a ser de sua propriedade exclusiva, não podendo o outro parceiro cedê-los, transferi-los, aliená-los, divulgá-los ou empregá-los em quaisquer outros projetos ou sob qualquer outra forma sem o prévio consentimento escrito do seu proprietário.

6.2 Todo desenvolvimento tecnológico passível de proteção intelectual, em qualquer modalidade, proveniente da execução do presente Acordo de Parceria, deverá ter a sua propriedade compartilhada entre as duas convenentes, na mesma proporção em que cada instituição contribuiu com recursos humanos, além do conhecimento pré-existente aplicado, conforme previsto no art. 9º, § 3º, da lei nº 10.973/2004.

6.3 A divisão da titularidade sobre a propriedade intelectual prevista na cláusula anterior será definida por meio de instrumento próprio, respeitando-se o percentual mínimo de 10% (dez por cento) para o IFBA.

6.4 O instrumento previsto na subcláusula 6.3 deverá observar os requisitos legais e formais necessários para sua celebração e averbação junto aos órgãos competentes, conforme exigência da EMBRAPPII, observado o seguinte:

6.4.1 Fica assegurado à EMBRAPPII, o acesso às informações deste projeto para fins avaliação de seus resultados;

6.4.2 O IFBA pode ceder à G-RAMS a totalidade dos direitos da propriedade intelectual mediante compensação financeira ou não financeira (econômico), desde que mensurável economicamente;

6.4.3 Se injustificadamente, o objeto do pedido de proteção decorrente deste projeto não for explorado comercialmente ou licenciado pela G-RAMS em até 5 (cinco) anos a partir da data do registro, os direitos de propriedade intelectual e de exploração comercial devem ser transferidos para o IFBA.

6.4.4 A EMBRAPPII não se responsabiliza pela utilização de quaisquer resultados do projeto fora do seu âmbito de desenvolvimento.

6.5 Eventuais impedimentos de um dos parceiros não prejudicará a titularidade e/ou a exploração dos direitos da Propriedade Intelectual pelos demais.

6.6 As Partes devem assegurar, na medida de suas respectivas responsabilidades, que os projetos propostos e que a alocação dos recursos tecnológicos correspondentes não infrinjam direitos autorais, patentes ou outros direitos intelectuais, assim como direitos de terceiros.

6.7 Na hipótese de eventual infração de qualquer direito de propriedade intelectual relacionada às tecnologias resultantes, os parceiros concordam que as medidas judiciais cabíveis visando coibir a infração do respectivo direito podem ser adotadas em conjunto ou separadamente.

6.8 Tanto no que se refere à proteção da propriedade intelectual quanto às medidas judiciais, os participantes concordam que as despesas deverão ser suportadas de acordo com os percentuais definidos na exploração comercial das tecnologias.

6.9 Os depósitos de pedidos de proteção de propriedade intelectual devem ser iniciados necessariamente junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, obrigatoriamente comunicados ao IFBA, junto ao Núcleo de Inovação Tecnológica e/ou Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, para fins de registro no sistema de acompanhamento do IFBA e da EMBRAPPII por meio do Polo de Inovação do IFBA.

6.10 As decisões relacionadas à preparação, processamento e manutenção de pedido de patente das tecnologias resultantes deste instrumento, no Brasil e em outros países, devem ser tomadas em conjunto pelos participantes ora acordantes.

6.11 As Partes devem assegurar, na medida de suas respectivas responsabilidades, que os projetos propostos não infrinjam direitos de propriedade intelectual de terceiros;

6.12 Na hipótese de eventual infração de qualquer direito de propriedade intelectual relacionada às tecnologias resultantes deste Acordo, os parceiros concordam que as medidas judiciais cabíveis visando coibir a infração do respectivo direito podem ser adotadas em conjunto ou separadamente;

6.13 A FEP não terá direitos sobre os resultados obtidos, passíveis ou não de proteção legal;

6.14 A EMBRAPPII não terá direitos sobre os resultados obtidos, passíveis ou não de proteção legal.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO E DAS PUBLICAÇÕES

7.1 Os PARCEIROS concordam que o IFBA e a EMBRAPPII divulguem o seu nome e logomarca em peças publicitárias, matérias jornalísticas ou informativas, bem como, permite a divulgação do título desse projeto e

de um resumo público do mesmo, conforme definido no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, como um item específico.

7.2 Fica vedado aos PARCEIROS utilizar, no âmbito deste Acordo de Parceria, nomes, símbolos e imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

7.3 As publicações, materiais de divulgação e resultados materiais, relacionados com os recursos do presente Acordo, deverão mencionar expressamente o apoio recebido dos PARCEIROS.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS E SIGILOSAS

8.1 Os PARCEIROS adotarão todas as medidas necessárias para proteger o sigilo das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS recebidas em função da celebração, desenvolvimento e execução do presente Acordo de Parceria, inclusive na adoção de medidas que assegurem a tramitação do processo, não as divulgando a terceiros, sem a prévia e escrita autorização do outro PARCEIRO, bem como da EMBRAPPII, exceto o título e o resumo público definidos no Plano de Trabalho e nas formas cadastradas no Sistema de Acompanhamento EMBRAPPII.

8.1.1 Os PARCEIROS se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, não podendo as informações e/ou dados pessoais a que tenham acesso, para fins distintos deste Acordo e o seu respectivo Plano de Trabalho, não podendo, nomeadamente, transmiti-los a terceiros, exceto no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da EMBRAPPII no âmbito da cooperação técnica com o IFBA, sendo o requisitante, neste caso, responsável integral pela guarda e utilização das informações transmitidas.

8.2 Os PARCEIROS informarão aos seus funcionários e prestadores de serviços e consultores que necessitem ter acesso às informações e conhecimentos que envolvem o objeto do Acordo, acerca das obrigações de sigilo assumidas, responsabilizando-se integralmente por eventuais infrações que estes possam cometer.

8.3 Os PARCEIROS farão com que cada pessoa de sua organização, ou sob o seu controle, que receba informações confidenciais, assumam o compromisso de confidencialidade, por meio assinatura de Termo de Confidencialidade.

8.4 Não haverá violação das obrigações de CONFIDENCIALIDADE previstas no Acordo de Parceria nas seguintes hipóteses:

8.4.1 Informações técnicas ou comerciais que já sejam do conhecimento das PARTES na data da divulgação, ou que tenham sido comprovadamente desenvolvidas de maneira independente e sem relação com o Acordo pela PARCEIRO que a revele;

8.4.2 Informações técnicas ou comerciais que sejam ou se tomem de domínio público, sem culpa do(s) PARCEIRO(S);

8.4.2.1 Qualquer informação que tenha sido revelada somente em termos gerais, não será considerada de conhecimento ou domínio público.

8.4.3 Informações técnicas ou comerciais que sejam recebidas de um terceiro que não esteja sob obrigação de manter as informações técnicas ou comerciais em confidencialidade;

8.4.4 Informações que possam ter divulgação exigida por lei, decisão judicial ou administrativa;

8.4.5 Revelação expressamente autorizada, por escrito, pelas PARTES, inclusive as definidas no Plano de Trabalho como título e resumo públicos.

8.5 A divulgação científica, por meio de artigos em congressos, revistas e outros meios, relacionada ao objeto deste instrumento poderá ser realizada mediante autorização por escrito dos PARCEIROS, e não deverá, em nenhum caso, exceder ao estritamente necessário para a execução das tarefas, deveres ou contratos relacionados com a informação divulgada.

8.6 As obrigações de sigilo em relação às INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS serão mantidas durante o período de vigência deste Acordo e pelo prazo de 5 (cinco) anos após sua extinção.

9. CLÁUSULA NONA - CONFORMIDADE COM AS LEIS ANTICORRUPÇÃO

9.1 Os PARCEIROS obrigam-se a observar rigidamente as condições contidas nos itens abaixo, sob pena de imediata e justificada rescisão do vínculo contratual.

9.2 Os PARCEIROS declaram-se cientes de que seus Departamentos Jurídicos e/ou advogados contratados estão autorizados, em caso de práticas que atentem contra os preceitos dessa cláusula, a solicitar a imediata abertura dos procedimentos criminais, cíveis e administrativos cabíveis à cada hipótese:

- a. Os PARCEIROS não poderão, em hipótese alguma, dar ou oferecer nenhum tipo de presente, viagens, vantagens a qualquer empregado, servidor, preposto ou diretor de outro PARCEIRO, especialmente àqueles responsáveis pela fiscalização do presente Acordo. Serão admitidos apenas, em épocas específicas, a entrega de brindes, tais como canetas, agendas, folhinhas, cadernos, etc.;
- b. Os PARCEIROS somente poderão representar outro PARCEIRO perante órgãos públicos quando devidamente autorizado para tal, seja no corpo do próprio Acordo, seja mediante autorização prévia, expressa e escrita de seu representante com poderes para assim proceder;
- c. Os PARCEIROS e seus empregados/prepostos, quando agirem em nome ou defendendo interesses deste Acordo perante órgãos, autoridades ou agentes públicos, não poderão dar, receber ou oferecer quaisquer presentes, vantagens ou favores a agentes públicos, sobretudo no intuito de obter qualquer tipo de favorecimento para os PARCEIROS;
- d. Os PARCEIROS, quando agirem em nome ou defendendo seus interesses, não poderão fornecer informações sigilosas a terceiros ou a agentes públicos, mesmo que isso venha a facilitar, de alguma forma, o cumprimento desse Acordo;
- e. Os PARCEIROS, ao tomar conhecimento de que algum de seus prepostos ou empregados descumpriram as premissas e obrigações acima pactuadas, denunciarão espontaneamente o fato, de forma que, juntas, elaborem e executem um plano de ação para (i) afastar o empregado ou preposto imediatamente; (ii) evitar que tais atos se repitam e (iii) garantir que o Acordo tenha condições de continuar vigente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO

10.1 Aos coordenadores, indicados pelos PARCEIROS competirão dirimir as dúvidas que surgirem na execução, no monitoramento, na avaliação e na prestação de contas e de tudo dará ciência às respectivas autoridades.

10.2 O coordenador do projeto indicado pelo IFBA anotará, em registro próprio, as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, recomendando as medidas necessárias à autoridade competente para regularização das inconsistências observadas.

10.3 O acompanhamento do projeto pelos coordenadores não exclui nem reduz a responsabilidade dos PARCEIROS perante terceiros.

10.4 A impossibilidade técnica ou científica quanto ao cumprimento de qualquer fase do Plano de Trabalho, que seja devidamente comprovada e justificada, acarretará a suspensão de suas respectivas atividades até que haja acordo entre os PARTICIPES quanto à alteração, à adequação ou término do Plano de Trabalho e consequente extinção deste Acordo.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

11.1 O presente Acordo de Parceria para PD&I vigorará pelo prazo de 14 (quatorze) meses, a partir da data

de sua assinatura, prorrogáveis.

11.2 Este Acordo de Parceria poderá ser prorrogado por meio de termo aditivo, com as respectivas alterações no Plano de Trabalho, mediante a apresentação de justificativa técnica.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

12.1 As cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento poderão ser alteradas mediante celebração de termo aditivo.

12.2 A proposta de alteração, devidamente justificada, deverá ser apresentada por escrito, dentro da vigência do instrumento.

12.3 É vedado o aditamento do presente Acordo com o intuito de alterar o seu objeto, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente que o praticou.

12.4 São dispensáveis de formalização por meio de Termo Aditivo as alterações que importem em transposição, remanejamento ou transferência de recursos de categoria de programação para outra, com o objetivo de conferir eficácia e eficiência às atividades previstas no Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do valor total do projeto.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO MONITORAMENTO, DA AVALIAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1 Os PARCEIROS exercerão a fiscalização técnico-financeira das atividades do presente Acordo.

13.2 O Coordenador(a) do projeto indicado pelo IFBA deverá encaminhar à FEP:

- a. O Relatório de Resultado Parcial: anualmente, até o último dia útil do mês de dezembro de cada ano de vigência deste Acordo, em conformidade com os indicadores estabelecidos no respectivo Plano de Trabalho;
- b. O Relatório de Resultado Final: no prazo de até **120 (cento e vinte)** dias contados da conclusão do objeto deste Acordo, em conformidade com os indicadores estabelecidos no respectivo Plano de Trabalho;
- c. O relatório de execução física ao final de cada macroentrega, com as informações do Anexo 10 do Sistema de Registro de Informações SRInfo da EMBRAPIL.

13.3 Nos Relatórios de Resultado de que trata a subcláusula 13.2, deverá ser demonstrada a compatibilidade entre as metas previstas e as alcançadas no período, bem como apontadas as justificativas em caso de discrepância, consolidando dados das ações desenvolvidas.

13.4 Caberá a cada PARCEIRO adotar as providências necessárias julgadas cabíveis, caso os relatórios parciais de que trata a subcláusula primeira demonstrem inconsistências na execução do objeto deste Acordo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO ACORDO

14.1 Este Acordo poderá, a qualquer tempo, ser denunciado pelos PARCEIROS, devendo o interessado externar formalmente a sua intenção nesse sentido, com a antecedência mínima de **30 (trinta)** dias da data em que se pretenda que sejam encerradas as atividades, respeitadas as obrigações assumidas com terceiros entre os PARCEIROS, creditando eventuais benefícios adquiridos no período. Os PARCEIROS exercerão a fiscalização técnico-financeira das atividades do presente Acordo.

14.2 Constituem motivos para rescisão de pleno direito o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas neste Acordo, o descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente ou a superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexecutível o Acordo de Parceria para PD&I, imputando-se aos PARCEIROS as responsabilidades pelas obrigações até então assumidas, devendo o PARCEIRO que se julgar prejudicado notificar o parceiro para que apresente esclarecimentos no prazo de **15 (quinze)** dias corridos.

14.2.1 Prestados os esclarecimentos, os PARCEIROS deverão, por mútuo consenso, decidir pela rescisão ou manutenção do Acordo.

14.2.2 Decorrido o prazo para esclarecimentos, caso não haja resposta, o Acordo será rescindido de pleno direito, independentemente de notificações ou interpelações, judiciais ou extrajudiciais.

14.3 Nos casos de denúncia, rescisão ou rescisão, as pendências ou trabalhos em fase de execução serão definidos e resolvidos por meio de TERMO DE ENCERRAMENTO DO ACORDO, em que se definam e atribuam as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um desses trabalhos e das pendências, inclusive no que se refere ao destino de bens eventualmente cedidos por empréstimo, ou comodato, aos direitos autorais ou de propriedade, dos trabalhos em andamento, bem como às restrições do uso dos bens, resultados e metodologias e à divulgação de informações colocadas à disposição dos PARCEIROS.

14.4 O Acordo de Parceria será rescindido em caso de decretação de falência, liquidação extrajudicial ou judicial, ou insolvência de qualquer dos PARCEIROS, ou, ainda, no caso de propositura de quaisquer medidas ou procedimentos contra qualquer dos PARCEIROS para sua liquidação e/ou dissolução.

14.5 O presente Acordo será extinto com o cumprimento do objeto ou com o decurso de prazo de vigência.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

15.1 A publicação do extrato do presente Acordo de Parceria para PD&I no Diário Oficial da União (DOU) é condição indispensável para sua eficácia e será providenciada pelo IFBA no prazo de até **20 (vinte)** dias da sua assinatura.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS BENS

16.1 Após execução integral do objeto desse acordo, os bens patrimoniais, materiais permanentes ou equipamentos adquiridos serão revertidos ao IFBA, diretamente ao Polo de Inovação Salvador, por meio de Termo de Doação.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS NOTIFICAÇÕES

17.1 Qualquer comunicação ou notificação relacionada ao Acordo de Parceria poderá ser feita pelos PARCEIROS por e-mail, fax, correio ou entregue pessoalmente, diretamente no respectivo endereço, conforme as seguintes informações:

- IFBA: (Rua Araújo Pinho, nº 39, Canela, Salvador BA, 40110-150, Tel: (71) 2102-0416, e-mail: gabinete@ifba.edu.br (Reitoria) / dg.pis@ifba.edu.br (Direção-Geral do Polo);
- G-RAMS: (Av. Luiz Tarquínio, 2580, Edif. Villas Empresarial, sala 311, Pitangueiras, Lauro de Freitas, BA, 42.700-130, Celular: Tel: (71) 98862-6248, e-mail: dcelsos@g-rams.com / g.pis@ifba.edu.br (Sócio Administrador);
- FEP (Rua Professor Severo Pessoa, nº 31, Federação, Salvador, Bahia, CEP 40210-700, Tel: (71) 3617-8053 / 3617-8061, e-mail: barbara@fepba.org.br (Gerente de Projetos).

17.2 Qualquer comunicação ou solicitação prevista neste Acordo de Parceria será considerada como tendo sido legalmente entregue:

17.2.1 Quando entregue em mão a quem destinada, com o comprovante de recebimento;

17.2.2 Se enviada por correio, registrada ou certificada, porte pago e devidamente endereçada, quando recebida pelo destinatário ou no 5º (quinto) dia seguinte à data do despacho, o que ocorrer primeiro;

17.2.3 Se enviada por e-mail, desde que confirmado o recebimento pelo destinatário, ou, após transcorridos 5 (cinco) dias úteis, o que ocorrer primeiro. Na hipótese de transcurso do prazo sem confirmação, será enviada cópia por correio, considerando-se, todavia, a notificação devidamente realizada;

17.2.4 Qualquer dos PARCEIROS poderá, mediante comunicação por escrito, alterar o endereço para o qual as comunicações ou solicitações deverão ser enviadas.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 É livre o acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos documentos e às informações relacionados a esse Acordo, bem como aos locais de execução do respectivo objeto, ressalvadas as informações tecnológicas e dados das pesquisas que possam culminar com alguma inovação.

18.2 Este ACORDO não obsta a que seus signatários celebrem com outras entidades ou empresas acordos semelhantes ou idênticos, ou deles participem, desde que observadas às restrições eventualmente existentes com relação ao uso de bens e informações e à divulgação delas, bem como as limitações impostas por direitos autorais e de propriedade intelectual.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado da Bahia, cidade de Salvador, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste CONTRATO, nos termos do inciso I do artigo 109 da Constituição Federal.

E como prova de assim haverem livremente pactuado, firmam os PARCEIROS o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza entre si os efeitos legais.

Salvador [local/município], [última data constante nas assinaturas digitais].

LUZIA MATOS MOTA
IFBA - Reitora

CELSO LUIZ SANTIAGO FIGUEIROA FILHO
G-RAMS INOVACAO, CAPACITACAO E CONSULTORIA LTDA – Sócio Administrador

YURI GUERRIERI PEREIRA
FEP - Diretor-Geral

[1] Conforme minuta de Acordo de Parceria constante no PARECER Nº 01/2019/CPCTI/PGF/AGU, documentos SEI nº 1106884 e 1106881, respectivamente, ajustada na Documentação Acordo de Parceria IFBA-EMBRAPPII, documento SEI nº 1198565, constantes no processo SEI nº 23278.008176/2019-73 e ratificados no Parecer nº 240/2019 PF/IFBA, documento SEI nº 1237498 do mesmo processo, e;
Conforme análise complementar acerca do chamamento público, constante na NOTA n. 00026/2021/CONSAJ/PFIFBAHIA/PGF/AGU, documento SEI nº 1875274, processo SEI nº 23278.003577/2021-51.

Conforme o PARECER Nº 01/2019/CPCTI/PGF/AGU, havendo alteração da minuta-padrão disponibilizada pela Advocacia-Geral da União, o IFBA deverá apontar na minuta encaminhada para análise quais itens foram inseridos, modificados ou excluídos e apresentar as justificativas.

[2] Um conjunto de entregas que representa um marco na execução física do projeto é definido pela EMBRAPPII como macroentrega, sendo ela balizadora da execução físico-financeira do contrato firmado entre a Unidade e a(s) empresa(s) parceira(s).

Em 05 de dezembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **LUZIA MATOS MOTA, Reitora**, em 09/12/2024, às 16:55, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Celso Luiz Santiago Figueiroa Filho, Usuário Externo**, em 12/12/2024, às 00:38, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Guerrieri Pereira, Usuário Externo**, em 12/12/2024, às 10:04, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3894574** e o código CRC **AF743E4D**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA

Plano de Trabalho de Acordo de Parceria[1]

PARTE
INTEGRANTE
DO
ACORDO
DE
PARCERIA
PARA
PESQUISA,
DESENVOLVIMENTO
E
INOVAÇÃO
-
PD&I
PE-
IFBA
Nº
03/2024,
QUE
ENTRE
SI
CELEBRAM
O
INSTITUTO
FEDERAL
DE
EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA
E
TECNOLOGIA
DA
BAHIA
-
IFBA
E
G-
RAMS
INOVAÇÃO,
CAPACITAÇÃO
E
CONSULTORIA
LTD.A,
COM
A
INTERVENIÊNCIA
ADMINISTRATIVA
E
FINANCEIRA
DA
FUNDAÇÃO
ESCOLA
POLITÉCNICA
DA
BAHIA
-
FEP.

Processo SEI nº: 23278.009406/2024-89

1. DADOS CADASTRAIS					
1º PARCEIRO					
Nome:		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia			
Natureza Jurídica:		Autarquia Federal			
CNPJ nº:		10.764.307/0001-12			
Endereço:		Rua Araújo Pinho, nº 39, Canela			
Cidade:	Salvador	UF:	BA	CEP:	40110-150
Representante Legal:		Luzia Matos Mota			
C.P.F./M.F.:		430.536.295-34			
Identidade nº:	3.082.855	Órgão expedidor:		SSP/BA	
Nacionalidade:	Brasileira	Estado Civil:		Solteira	
Cargo:		Reitora			
Ato de Nomeação:		DECRETO MEC, DE 19 DE MARÇO DE 2024			
Doravante denominado IFBA					
2º PARCEIRO					
Instituição:		G-RAMS Inovação, Capacitação e Consultoria LTDA			
Natureza Jurídica:		Empresa EPP			
CNPJ nº:		23.429.775/0001-82			
Endereço:		Av. Luiz Tarquínio, 2580, Edif. Villas Empresarial, sala 311, Pãangueras			
Cidade:		UF:		UF:	27.920-180
Representante Legal:		Celso Luiz Santiago Figueiroa Filho			
C.P.F./M.F.:		358.999.995-00			
Cargo:		Sócio Administrador			
Identidade nº:	M7934446	Órgão expedidor:		SSP/MG	
Doravante denominado GRAMS					
3º PARCEIRO					
Instituição:		Fundação Escola Politécnica da Bahia			
Natureza Jurídica:		Fundação sem fins lucrativos			
CNPJ nº:		15.255.367/0001-23			
Endereço:		Rua Professor Severo Pessoa, nº 31, Federação			
Cidade:	Salvador	UF:	BA	CEP:	40.210-700
Representante Legal:		Yuri Guerrieri Pereira			
C.P.F./M.F.:		989.342.105-59			
Cargo:		Diretor Administrativo			
Identidade nº:	577950029	Órgão expedidor:		SSP/BA	
Doravante denominado FEP					
2. DADOS DO PROJETO					
Título:				Período de execução:	
SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA CONFIABILIDADE HUMANA PARA ATENDER AOS REQUISITOS DO SISTEMA DE GESTÃO DE RISCO DA QUALIDADE EM INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS				Início	Término
Unidade do IFBA:	Polo de Inovação Salvador			Mês 1/Ano 1	Mês 14/Ano 2
Processo SEI nº:	23278.009406/2024-89				
Valor total do projeto (R\$):					

RS 372.000,00 (trezentos e setenta e dois mil reais).

Escopo do objeto:

O desenvolvimento de extensão ao sistema G-ARTH-G-RISK existente em inovação face a requisitos de segurança operacional em indústria farmacêutica. O sistema atual calcula a probabilidade de erro humano por tarefa a partir de uma sequência de perguntas que avaliam os fatores humanos multiplicando a probabilidade nominal do erro humano (multiplicadores padronizados em norma). O sistema já possui um banco de dados de setores econômicos, funções operacionais, tarefas associadas às funções que é parametrizável. O relatório final informa o valor de probabilidade de erro, as classes de fatores humanos que mais foram identificadas, uma área de dashboards com identificação das tarefas por faixa de resultado (crítica, alerta, aceitável), e uma área para a criação de uma escala de risco ou de tomada de decisão.

A extensão deve contemplar módulos com respectivas interfaces para análise de tarefas, com análise de riscos da tarefa e avaliação de fatores humanos, bem como indicar ações corretivas e preventivas relacionadas. Ainda deve prover geração de relatórios para os respectivos módulos.

Toda a integração será por API REST (ou outra forma aberta) com software já desenvolvido, mantendo-se o ambiente tecnológico: banco de dados PostgreSQL, REACT NodeJS e Python.

A ferramenta deve possibilitar o uso dos dados autorizados para este fim em uma abordagem que observe aspectos de privacidade de dados da LGPD, GDPR e regulamentações internacionais.

A inovação está caracterizada nos seguintes tópicos:

- Leitura de procedimentos da empresa automaticamente, em arquivos PDF, e por alguma abordagem LLM segregar o texto em etapas, passos e ações padronizados.
- Realizar automaticamente a análise de risco com IA (desvios e avaliação de impacto pela história dos registros que vão sendo realizados).
- Buscar solução para operacionalizar offline uma API desenvolvida em linguagem Python sem copiar em outro formato como Javascript. (g) plataforma web com dashboard e comunicação com o APP, coletando alertas, apresentando dashboard de monitoramento e interação.

Atividades Previstas:

- 1) Projeto informacional e conceitual do sistema de apoio:
 - a) Levantamento de requisitos;
 - b) Detalhamento das especificações técnicas necessárias para atender as exigências regulatórias.
 - c) Projeto do Software
- 2) Desenvolvimento do protótipo preliminar
 - a) Implementação do software
- 3) Validação e aperfeiçoamento do protótipo final
 - a) Testes e validação em ambiente controlado com cenários gerados pelo G-RAMS
 - b) Ajustes no protótipo final

Objetivo:

Desenvolver extensão ao sistema G-ARTH-G-RISK existente em inovação face a requisitos de segurança operacional em indústria farmacêutica.

Justificativa:

O Polo de Inovação Salvador é uma das unidades especiais da Rede Federal de Educação Profissional com o objetivo de "atendimento de demandas das cadeias produtivas por Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e à formação profissional para os setores de base tecnológica", inclusive os processos de regulação, especialmente aqueles ligados ao Complexo Industrial da Saúde, sua área de maior competência". Este projeto tem o potencial de contribuir no cálculo da probabilidade de erro humano por tarefa a partir de uma sequência de perguntas que avaliam os fatores humanos multiplicando a probabilidade nominal do erro humano. O relatório final informará o valor de probabilidade de erro, as classes de fatores humanos que mais foram identificadas, uma área de dashboards com identificação das tarefas por faixa de resultado (crítica, alerta, aceitável), e uma área para a criação de uma escala de risco ou de tomada de decisão.

Para além dos aspectos mencionados, o projeto em tela visa cumprir as metas anuais do IFBA para prossecção e contratação de projetos, sob pena de descredenciamento junto a EMBRAPPII.

Produtos esperados:

1. Projeto informacional e conceitual do sistema de apoio e projeto do software;
2. Desenvolvimento do protótipo preliminar;
3. Validação e aperfeiçoamento do protótipo final.

Escala de Maturidade Tecnológica TRL³ - STRL² MRL³:
 Referência primária na Norma ISO 16290, [1] TRL - Technology Readiness Level, [2] - MRL - Manufacturing Readiness Level, [3] STRL - Software Technology Readiness Level - Valores a serem lançados no Sistema de Registro de Informações - SRInfo da EMBRAPPII para fins de acompanhamento e avaliação.

<input checked="" type="checkbox"/> TRL 3	<input checked="" type="checkbox"/> TRL 4	<input checked="" type="checkbox"/> TRL 5	<input checked="" type="checkbox"/> TRL 6
<input type="checkbox"/> TRL 7	<input type="checkbox"/> TRL 8	<input type="checkbox"/> TRL 9	

Tipo de projeto:

Produto Processo Produto e Processo

Resumo publicável:

O projeto tem como escopo desenvolver uma extensão ao sistema G-ARTH/G-RISK existente em inovação face a requisitos de segurança operacional em indústria farmacêutica.

Exclusões do escopo de execução do IFBA:

1. A entrega está restrita a protótipo demonstrado em ambiente relevante atingido o nível de maturidade tecnológica TRL-6 da Escala da NASA. Não será fornecido produto em estágio de comercialização. É indicado para atingir o nível TRL-7 de validação em ambiente relevante: testes e validação em ambiente de campo com ambiente da indústria farmacêutica parceira da empresa, o que está excluído do corpo desta proposta.

3. EQUIPE EXECUTORA							
Relação da equipe envolvida no projeto com vínculo com o IFBA (Decreto nº 7.423/2010)							
Nome	Siape/ Matricula	Formação	Titulação/ Escolaridade	Modalidade/ Função	Atividades	Valor (R\$) ¹	Horas ²
Renato Lima Novais	1625546	Doutor em Ciência da Computação, Mestre em Informática e Bacharel em Ciência da Computação	Doutorado	Coordenador - bolsista	responsável pelo planejamento, execução e controle de todo o projeto. Deve garantir que todas as atividades sejam realizadas dentro do prazo, orçamento e qualidade esperados, além de coordenar a equipe e garantir a comunicação com os stakeholders	RS 72.000,00	192 h
Allan Edgard Silva Freitas	136731	Doutor em Ciência da Computação, Mestre em Engenharia Elétrica, Bacharel em Ciência da Computação	Doutorado	Arquiteto de Software - bolsista	responsável pelo design do software do Arcabouço/Framework e do Módulo de Aprendizagem de Máquina. Deve garantir que a arquitetura seja escalável, flexível e segura, além de definir os padrões e tecnologias a serem utilizados.	RS 36.000,00	192 h
A ser selecionado	-	Graduado	Estudante de Mestrado	Bolsista de Computação	Apoio no desenvolvimento de software	RS 26.400,00	960 h
A ser selecionado	-	Graduando	Estudante de Graduação	Bolsista de Computação	Apoio no desenvolvimento de software	RS 14.400,00	960 h
A ser selecionado	-	Graduando	Estudante de Graduação	Bolsista de Computação	Apoio no desenvolvimento de software	RS 14.400,00	960 h
A ser selecionado	-	Estudante de nível técnico	Estudante nível técnico	Bolsista de nível médio	Apoio no desenvolvimento de software	RS 7.200,00	960 h
A ser selecionado	-	Estudante de nível técnico	Estudante nível técnico	Bolsista de nível médio	Apoio no desenvolvimento de software	RS 7.200,00	960 h
Demais membros							
		Não se aplica					
Indicação se há ou não a participação de 2/3 de pessoas vinculadas ao IFBA (Art. 6º, § 3º do Dec. nº 7.423/2010; Art. 2º, § 5º da Resolução IFBA Nº 21, de 16.10.2019). <input checked="" type="checkbox"/> Sim, há. <input type="checkbox"/> Não. Justificar na linha abaixo.							

¹ Valores totais a serem recebidos pela participação neste projeto.
² Carga horária total a ser dedicada neste projeto.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Meta	Etapa	Especificação	Indicador físico		Duração	
			Unidade	Qtd.	Início (Mês/Ano 1)	Término (Mês/Ano 1)
1.	1.1	Mobilizar a equipe do projeto	Equipe executora	1	01/1º	01/1º

2.	2.1	Relatório de sistematização do estado da técnica e detalhamento dos requisitos de projeto. Projeto informacional e conceitual.	Relatório	1	02/1º	05/1º
3.	3.1	Protótipo preliminar - Implementação do software	Protótipo	1	06/1º	09/1º
4.	4.1	Validação e aperfeiçoamento do protótipo final. Testes e validação em ambiente controlado com cenários gerados pela G-RAMs. Ajustes no protótipo final	Protótipo MVP e relatório	1	10/1º	13/2º
5.	5.1	Desmobilizar a equipe do projeto		1	14/2º	14/2º

5. ORÇAMENTO POR FONTE DE RECURSO

Discriminação	Und	Valor Unitário (R\$)	QTD.	Total (R\$)	Fonte			
					IFBA	EMBRAPII	SEBRAE	GRAMS
Bolsa estudante	UN	600,00	24	14.400,00			14.400,00	
Bolsa estudante	UN	1.200,00	24	28.800,00		28.800,00		
Bolsa estudante	UN	2.200,00	12	26.400,00		26.400,00		
Bolsa pesquisador	UN	6.000,00	12	72.000,00		72.000,00		
Bolsa pesquisador	UN	3.000,00	12	36.000,00		36.000,00		
Material de consumo		500,00	3	1.500,00			1.500,00	
Diárias	UN							
Passagens e despesas com locomoção	UN							
Serviços de Terceiros - PF								
Serviços de Terceiros - PJ				25.500,00		22.800,00	2.700,00	
Despesas de Suporte Operacional	Parcela	4.650,00	12	55.800,00			33.480,00	22.320,00
Outras despesas correntes								
Material permanente e software								
Subtotal				260.400,00		186.000,00	52.080,00	22.320,00
Contrapartida econômica ¹	Parcela	9.300,00	12	111.600,00	111.600,00			
Total				0,00	111.600,00	186.000,00	52.080,00	22.320,00

¹ Contrapartida econômica sem desembolso de recursos financeiros.

6. ORIGEM DOS RECURSOS

Os recursos necessários para a realização do presente Plano de Trabalho, no valor total de **RS 372.000,00** (Trezentos e setenta e dois mil reais) serão oriundos de aporte financeiro da EMBRAPII, do SEBRAE e da empresa GRAMS, adiante a contrapartida econômica do IFBA, nas proporções que se seguem e em conformidade com o ACORDO DE PARCERIA entre o IFBA e a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL (EMBRAPII), constante do processo nº 23278.000164/2023-87.

- EMBRAPII (50%) - R\$ 186.000,00 (Cento e oitenta e seis mil reais).
- SEBRAE (14%) - R\$ 52.080,00 (Cinquenta e dois mil e oitenta reais).
- GRAMS (6%) - R\$ 22.320,00 (Vinte e dois mil, trezentos e vinte reais).
- IFBA (30%) - R\$ 111.600,00 (Cento e onze mil e seiscentos reais).

Os recursos financeiros serão desembolsados em contas específicas a serem abertas pela FEP.

7. PLANO DE APLICAÇÃO

Discriminação	Plano de aplicação por Mês / Macroentrega de referência															Total
	Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	
	Macroentrega	1ª	1ª	1ª	1ª	1ª	2ª	2ª	2ª	2ª	3ª	3ª	3ª	3ª	3ª	
Bolsa estudante		5.800,00	5.800,00	5.800,00	5.800,00	5.800,00	5.800,00	5.800,00	5.800,00	5.800,00	5.800,00	5.800,00	5.800,00	5.800,00	5.800,00	93.600,00
Bolsa pesquisador		9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	108.000,00
Material de consumo		500,00					500,00				500,00					1.500,00
Diárias																
Passagens e despesas com locomoção																
Serviços de Terceiros - PF																
Serviços de Terceiros - PJ			8.500,00				8.500,00				8.500,00					25.500,00
Despesas de Suporte Operacional		4.650,00	4.650,00	4.650,00	4.650,00	4.650,00	4.650,00	4.650,00	4.650,00	4.650,00	4.650,00	4.650,00	4.650,00	4.650,00		55.800,00
Outras despesas correntes																
Material permanente e software																
Subtotal		28.450,00	19.450,00	19.450,00	19.450,00	19.450,00	28.450,00	19.450,00	19.450,00	19.450,00	28.450,00	19.450,00	19.450,00	19.450,00		260.400,00
Contrapartida econômica		9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00		111.600,00
Total		51.400,00	114.405,00	96.407,00	96.409,00	51.400,00	114.413,00	96.415,00	96.417,00	51.400,00	114.421,00	96.423,00	96.425,00			656.414,00
Fonte	Desembolso por fonte de recurso															
EMBRAPII	70.000,00						70.000,00				46.000,00					186.000,00
SEBRAE	18.900,00										18.900,00					52.080,00
GRAMS	8.100,00						8.100,00				6.120,00					22.320,00
IFBA		9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00		111.600,00
Total	2.452.440,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	106.300,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00	75.700,00	9.300,00	9.300,00	9.300,00		372.000,00

NOTAS:

- Pessoal - Incluem despesas com salários, encargos trabalhistas e previdenciários e benefícios estabelecidos por meio de acordo, convenção ou dissídio coletivo, despesas rescisórias para a equipe do Polo de Inovação e bolsas (Manual de Operação EMBRAPII, versão 6.0, de 18.09.2020).
- Diárias - Em caso de viagens internacionais, os parâmetros máximos admitidos para passagens e diárias encontram-se definidos no anexo 15 do Manual de Operação EMBRAPII, versão 6.0, de 18.09.2020.
- Passagens e despesas com locomoção:
 - Integrantes da equipe de PD&I e equipe da Unidade EMBRAPII IFBA;
 - Despesas de deslocamento por meio de locação de veículos são aceitas, desde que, comprovadamente, sejam mais econômicas (Manual de Operação EMBRAPII, versão 6.0, de 18.09.2020);
 - Incluem passagens aéreas, terrestres, fluviais ou marítimas, taxas de embarque e locação.
- Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica:
 - Incluem as despesas com atividades de PD&I, serviços tecnológicos e outras despesas como ensaios, testes e certificações;
 - Não é permitida o provisionamento contábil para as despesas de verbas rescisórias. Nos casos em que houver contratação temporária específica de pessoal para atividades de PD&I do projeto, as despesas rescisórias podem ser absorvidas no projeto, desde que isso ocorra durante a sua vigência;
 - A soma das despesas com a contratação de pessoa física e de pessoa jurídica para a realização de atividades de PD&I não pode ser superior a 30% do valor total do projeto;
 - Não são elegíveis serviços referentes à manutenção de qualquer natureza, tampouco de capacitação e treinamento;
 - Impostos e encargos referentes a serviços de terceiros devem ser abarcados no subitem de despesa relativo à contratação originária (Manual de Operação EMBRAPII, versão 6.0, de 18.09.2020)

v. Despesas de Suporte Operacional - Incluem salários, serviços de manutenção e infraestrutura;

vi. Outras despesas correntes - Taxas, tarifas e impostos sobre importação;

vii. Material permanente e software - Somente para componentes integrados ao resultado do projeto. Neste caso, devem ser utilizados, exclusivamente, recursos da(s) empresa(s) parceira(s).

Em caso de prova de assim haverem livremente pactuado, firmam os PARCEIROS o presente instrumento que,

juntamente com: (i) Declaração de Execução de Atividades - Servidores(as), (ii) Declaração de Não Nepotismo Servidor(a), (iii) Declaração de Não Nepotismo - Fundação de Apoio, (iv) Declaração de Respeito ao Teto Constitucional - Servidores(as) e, (v) Declaração de Responsabilidade do(a) Coordenador(a) do Projeto - Servidores(as), são parte integrante e indissociável do Acordo de Parceria nº 03/24, entre o IFBA, a GRAMS com intervenção administrativa e financeira da FEP, não podendo as informações e/ou dados pessoais a que tenham acesso, para fins distintos deste Acordo e deste Plano de Trabalho, nomeadamente, transmiti-los a terceiros.

Salvador [local/município], [última data constante nas assinaturas digitais].

LUZIA MATOS MOTA
IFBA - Reitora

CELSO LUIZ SANTIAGO FIGUEIROA FILHO
G-RAMS INOVACAO, CAPACITACAO E CONSULTORIA LTDA - Sócio Administrador

YURI GUERRIERI PEREIRA
FEP - Diretor-Geral

RENATO LIMA NOVAIS
IFBA - Coordenador do Projeto

[1] Legislação:

Decreto n.º 8.240/2014 - Regulamenta os convênios e os critérios de habilitação de empresas;
Decreto n.º 6.170/2007 - Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
Decreto n.º 7.423/2010 - Regulamenta a Lei n.º 8.958/1994;
Decreto n.º 9.283/2018 - Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;
Lei n.º 8.958/1994 - Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio;
Lei n.º 10.973/2004 - Lei de Inovação Tecnológica;
Lei n.º 12.772/2012 - Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal;
Lei n.º 13.243/2016 - Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Em 05 de dezembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **LUZIA MATOS MOTA, Reitora**, em 09/12/2024, às 16:55, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RENATO LIMA NOVAIS, Coordenador(a) de Projetos**, em 09/12/2024, às 18:06, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Celso Luiz Santiago Figueiroa Filho, Usuário Externo**, em 12/12/2024, às 00:36, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Guerrieri Pereira, Usuário Externo**, em 12/12/2024, às 10:04, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_externo=0 informando o código verificador **3894580** e o código CRC **746F9780**.

23278.009406/2024-89

3894580-9

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ**EXTRATO DE RESCISÃO**

ESPÉCIE: Extrato do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico Substituto 11/2024. Processo 23228.002231.2024-74. Contratante: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Do Amapá. Contratado: Fernando Lucas da Silva Pereira. Cargo: Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico Substituto, Matrícula Siape: 3423565. Objeto: Rescisão de Contrato de Trabalho 11/2024 a pedido do Contratado. Fundamentação Legal: inciso II, art. 12 da Lei 8.745/93. Data de Rescisão: 14/11/2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA**EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO**

Processo nº. 23278.008150/2024-92. ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA celebrado entre o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - IFBA, CNPJ: 10.764.307/0001-12 e o CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM INFORMÁTICA E ELETROELETRÔNICA DE ILHÉUS, CNPJ: 04.835.151/0001-10. OBJETO: Promoção, execução e impulsionamento de programas, projetos e ações de pesquisa, extensão e inovação, operada pelo Polo de Inovação do IFBA. Vigência: 05 (anos) anos a contar da data de assinatura. DATA DA ASSINATURA: 12/12/2024. Fundamento Legal: Leis nº. 8.666/1993, 13.243/2016 e 10.973/2004 e suas alterações. Salvador, 12 de dezembro de 2024. LUZIA MATOS MOTA. Reitora

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo no. 23278.012353/2023-01. PRIMEIRO TERMO ao CONTRATO que entre si celebram o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - IFBA, CNPJ: 10.764.307/0001-12 e a FUNDAÇÃO ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA - FEP, CNPJ: 15.255.367/0001-23. OBJETO: Prorrogação da vigência contratual do PROGRAMA MANUEL QUERINO DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA. VIGÊNCIA: de 12/12/2024 à 31/08/2025. DATA DA ASSINATURA: 12/12/2024. Fundamento Legal: Lei no. 14.133/2021 e 8.958/1994 e suas alterações. 12 de dezembro de 2024. LUZIA MATOS MOTA. Reitora

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo no. 23278.009021/2022-50. SEGUNDO TERMO ao CONTRATO que entre si celebram o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - IFBA, CNPJ: 10.764.307/0001-12 e a FUNDAÇÃO ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA - FEP, CNPJ: 15.255.367/0001-23. OBJETO: Prorrogação da vigência contratual do PROGRAMA PROINTER - PROJETO DE INSERÇÃO NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PIEMONTE NORTE DE ITAPICURU ATRAVÉS DO CENTRO DE REFERÊNCIA - IFBA". VIGÊNCIA: de 31/12/2024 à 30/04/2025. DATA DA ASSINATURA: 12/12/2024. Fundamento Legal: Lei no. 14.133/2021 e 8.958/1994 e suas alterações. 12 de dezembro de 2024. LUZIA MATOS MOTA Reitora

EXTRATO DE ACORDO

Processo no. 23278.009406/2024-89. ACORDO DE PARCERIA em P&D que entre si celebram o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - IFBA, CNPJ: 10.764.307/0001-12, e a G-RAMS INOVAÇÃO, CAPACITAÇÃO E CONSULTORIA LTDA., CNPJ: 23.429.775/0001-82, com a interveniência administrativa e financeira da FUNDAÇÃO ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA - FEP, CNPJ: 15.255.367/0001-23. OBJETO: Cooperação técnica e científica para desenvolver o Projeto "Sistema de Avaliação da Confiabilidade Humana para Atender aos Requisitos do Sistema de Gestão de Risco da Qualidade em Indústrias Farmacêuticas". VIGÊNCIA: 14 (quatorze) meses a partir da data de assinatura. DATA DA ASSINATURA: 12/12/2024. Fundamento Legal: Emenda Constitucional no. 85/2015, Leis no. 10.973/20004, 8.958/1991 e 13.243/2016 e legislação correlata. 12 de dezembro de 2024. LUZIA MATOS MOTA. Reitora

EXTRATO DE ACORDO

Processo no. 23278.009856/2024-01. ACORDO DE PARCERIA em P&D que entre si celebram o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - IFBA, CNPJ: 10.764.307/0001-12, e a RECORE TECNOLOGIA EM SAÚDE LTDA., CNPJ: 57.103.736/0001-02, com a interveniência administrativa e financeira da FUNDAÇÃO ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA - FEP, CNPJ: 15.255.367/0001-23. OBJETO: Cooperação técnica e científica para desenvolver o Projeto "Aplicativo para Gerenciamento da Saúde do Paciente, apoio por uma Metodologia Multidisciplinar de Acompanhamento". VIGÊNCIA: 17 (dezesete) meses a partir da data de assinatura. DATA DA ASSINATURA: 09/12/2024. Fundamento Legal: Emenda Constitucional no. 85/2015, Leis no. 10.973/20004, 8.958/1991 e 13.243/2016 e 8.958/1994 e legislação correlata. 12 de dezembro de 2024. LUZIA MATOS MOTA Reitora

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2024 - UASG 158145

Número do Contrato: 26/2022.
Nº Processo: 23278.003961/2022-35.
Pregão. Nº 9/2022. Contratante: INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA. Contratado: 25.229.961/0001-01 - DANILLO PEREIRA COELHO. Objeto: Segundo termo aditivo-prorrogação. Vigência: 14/12/2024 a 14/12/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 30.345,17. Data de Assinatura: 10/12/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 10/12/2024).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2024 - UASG 158145

Número do Contrato: 23/2022.
Nº Processo: 23278.003961/2022-35.
Pregão. Nº 9/2022. Contratante: INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA. Contratado: 11.943.208/0001-60 - GRAFICA 3 COMUNICACAO E SERVICOS GRAFICOS LTDA. Objeto: Quarto termo aditivo- prorrogação. Vigência: 19/12/2024 a 19/12/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 142.797,23. Data de Assinatura: 11/12/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 11/12/2024).

CAMPUS SALVADOR**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2024 - UASG 158411**

Número do Contrato: 32/2022.
Nº Processo: 23279.013078/2022-43.
Pregão. Nº 7/2022. Contratante: INST. FED. DA BAHIA/CAMPUS SALVADOR. Contratado: 16.563.763/0001-80 - RF CLIMATIZACAO COMERCIO E SERVICOS LTDA. Objeto: Prorrogação pelo prazo de 12 (doze) meses da vigência do contrato para a prestação de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra, para manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar-condicionados de parede, janela e split, bebedouros e refrigeradores, incluindo o fornecimento, substituição e reposição de peças prestado do instituto federal da bahia - IFBA/Campus Salvador. Vigência: 05/01/2025 a 05/01/2026. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 686.919,11. Data de Assinatura: 12/12/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 11/12/2024).

CAMPUS BRUMADO**EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 4/2024 - UASG 156059**

Número do Contrato: 1/2021.
Nº Processo: 23846.000665/2021-18.
Contratante: INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA-BRUMADO. Contratado: 03.746.938/0013-87 - BRS SUPRIMENTOS CORPORATIVOS S/A. Objeto: Reajuste do valor contratual, calculado de acordo com o índice de preços ao consumidor amplo - ipca acumulado no período de outubro de 2023 a setembro de 2024 no importe de 4,424740% , conforme cláusula 28.3 do termo de referência do contrato 01/2021.. Vigência: 14/10/2021 a 14/04/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 66.762,80. Data de Assinatura: 12/12/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 12/12/2024).

CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE JESUS**GABINETE/SAJ****EDITAL DE 12 DE DEZEMBRO DE 2024**

Processo nº 23847.001257/2024-16 Termo de Homologacao: A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - IFBA, no uso de suas atribuicoes legais, resolve homologar o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado para a Contratacao de Professores Substitutos do Edital IFBA/SAJ n 19 de 12 de novembro de 2024, campus Santo Antonio de Jesus, cujo extrato foi publicado no Diario Oficial da Uniao em 13/11/2024, edicao 220, secao 3, pagina 38, conforme discriminado abaixo:

Área de Conhecimento: MATEMÁTICA						
Ordem de Classificação	Nome do/a Candidato/a	CPF	Nota da Avaliação de Títulos	Nota da Prova de Desempenho Didático	Nota Final	Situação
1º	MARCOS NASCIMENTO SANCHES (TIPO DE VAGA: PPP)	XXX.583.095-XX	15,00	67,70	82,70	Aprovado
2º	CLEIDIANE ARAUJO BRITO (TIPO DE VAGA: PPP)	XXX.625.105-XX	19,50	56,90	76,40	Aprovada
3º	VANDERVAL LOBO DE JESUS FILHO (TIPO DE VAGA: PPP)	XXX.058.075-XX	25,50	47,80	73,30	Aprovada

Área de Conhecimento: Atendimento Educacional Especializado						
Ordem de Classificação	Nome do/a Candidato/a	CPF	Nota da Avaliação de Títulos	Nota da Prova de Desempenho Didático	Nota Final	Situação
1º	NADJA DOS SANTOS BARBOSA (TIPO DE VAGA: AC)	XXX.903.565-XX	15,75	57,40	73,15	Aprovada
2º	ROSIANE VIEIRA SOUSA LUZ(TIPO DE VAGA: AC)	XXX.476.425-XX	25,50	42,00	67,50	Aprovada
3º	EVANICE LIMA DOS SANTOS(TIPO DE VAGA: AC)	XXX.484.195-XX	7,50	56,00	63,50	Aprovada

Área de Conhecimento: REDES DE COMPUTADORES						
Não houve candidatos aprovados						

LUZIA MOTA MATOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO**CAMPUS ITABERABA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

DISPONIBILIDADE DE GRUs PARA PAGAMENTO DE MULTAS (REITERAÇÃO)
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Campus Itaberaba, CNPJ 10.724.903/0013-02, vem notificar a empresa Cerqueira Correia Engenharia LTDA, CNPJ 20.591.114/0001-60, sobre a disponibilidade das Guias de Recolhimento da União (GRUs) referentes às sanções de multa aplicadas à empresa no Processo Administrativo Sancionatório 23805.251140.2024-60, para retirada ou por meio de solicitação a ser feita no endereço eletrônico <sancaoadm@itaberaba.ifbaiano.edu.br>, com cópia para o <dadm@itaberaba.ifbaiano.edu.br>, ou em via impressa no endereço físico do Campus Itaberaba, Rodovia BA 233, Km 04, Itaberaba - BA, CEP 46880-00, haja vista que a sancionada encontra-se em endereço incerto e não sabido e não mais responde às comunicações feitas através dos e-mails registrados em seu SICAF, conforme autos do citado processo de sanção.

O não pagamento espontâneo das multas acarretará a inscrição do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e o envio do Processo Administrativo Sancionatório 23805.251140.2024-60 à Procuradoria Federal Adjunta do IF Baiano para registro na Dívida Ativa da União e análise para cobrança judicial.

OZENICE SILVA DOS SANTOS
Diretora Geral

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Professor Substituto Nº 96/2023/IFB que entre si celebram o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA-IFB e JANAINA MOURÃO DE CIGANDA, tendo por objeto a prorrogação da vigência do Contrato nº 96/2023, por seis meses, a contar de 12 de dezembro de 2024 até 12 de junho de 2025. DATA DE ASSINATURA: 12 de dezembro de 2024. SIGNATÁRIOS: Pelo IFB, CONTRATANTE, VERUSKA RIBEIRO MACHADO, Reitora; JANAINA MOURÃO DE CIGANDA, CONTRATADA.

